

HABEAS CORPUS Nº 502.177 - MT (2019/0093845-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ANDERSON NUNES DE FIGUEIREDO
ADVOGADO : ANDERSON NUNES DE FIGUEIREDO - MT0053240
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : PAULO FARUK DE MORAES (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de PAULO FARUK DE MORAES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no julgamento do HC n. 1002894-85.2019.8.11.0000.

Extraí-se dos autos que em 20/2/2019 foi decretada a prisão preventiva do paciente, em virtude da suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso IV do Código Penal (homicídio qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - PRISÃO PREVENTIVA - ALEGADA DESNECESSIDADE DA MEDIDA - IMPROCEDÊNCIA - GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA - SUBSTITUIÇÃO DA MEDIDA EXTREMA POR OUTRAS CAUTELARES - INVIABILIDADE - ORDEM DENEGADA.

A prisão cautelar é medida excepcional no Estado Democrático de Direito, podendo ser imposta somente quando demonstrada a efetiva necessidade.

Contudo, diante da gravidade concreta da conduta, a segregação provisória, com fundamento na necessidade de garantir a ordem pública, é medida idônea.

Demonstrada a necessidade da medida extrema, não é possível a incidência das medidas cautelares diversas da prisão (fls. 26).

No presente *mandamus*, o impetrante alega, inicialmente, que o Tribunal de origem inovou na fundamentação justificadora da custódia cautelar, agravando a situação do paciente, tendo em vista que acrescentou a gravidade atípica do delito, evidenciada pelo seu *modus operandi*, como motivação para a segregação.

Afirma que a prisão preventiva do paciente foi decretada com base

exclusivamente na gravidade abstrata do delito, não podendo o Tribunal *a quo* agregar novos fundamentos em sede de *habeas corpus*.

Pondera, ainda, elementos inerentes ao tipo penal do homicídio qualificado, como a utilização de recurso que dificultou a defesa da vítima, não são aptos a justificar a custódia cautelar.

Ressalta a presença de condições pessoais favoráveis e a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

